



MENSAGEM N° 8963, DE 08 DE Agosto DE 2021, que envia EMENDA MODIFICATIVA ao Projeto de Lei enviado com a Mensagem n.º 8.959 de 28 de julho de 2022.

Senhor Presidente,

Considerando o que dispõe o art.60, inciso II, da Constituição Estadual de 1989, envio à Augusta Assembleia Legislativa, por intermédio de Vossa Excelência, a presente Emenda Modificativa ao Projeto de Lei enviado por meio da Mensagem nº 8.959, de 28 de julho de 2022, que "IMPLEMENTA, NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO, O PISO SALARIAL ESTABELECIDO PARA OS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE PELA EMENDA CONSTITUCIONAL FEDERAL N.º 120, DE 5 DE MAIO DE 2022".

Através do referido Projeto, o Governo do Estado, em atenção à relevância da categoria de seus agentes comunitários para os serviços de saúde prestado à população cearense, propôs implementar, na esfera estadual, do piso salarial estabelecido para esses profissionais, conforme a Emenda Constitucional Federal n.º 120, de 2022.

Com a presente Emenda Modificativa, objetiva-se, reiterando a motivação da propositura original, modificar a referida Proposta para passar a prever a retroatividade da implementação do piso salarial, considerando os termos das Portarias n.º 1.917/2022 e n.º 2.109/2022, do Ministério da Saúde.

Convicta de que essa Augusta Casa Legislativa emprestará o seu imprescindível apoio à anexa propositura, aproveito do ensejo para reiterar a V.Exa. e a seus eminentes pares, protestos de elevada estima e distinta consideração.

PALÁCIO DA ABOLIÇÃO, DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos \_\_\_\_\_de\_\_\_\_\_\_de 2022.

Maria Izolda Cela de Arruda Coelho GOVERNADORA DO ESTADO DO CEARÁ

A Sua Excelência o Senhor Deputado EVANDRO SÁ BARRETO LEITÃO Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará





EMENDA MODIFICATIVA ao Projeto de Lei encaminhado com a Mensagem nº 8.959, de 28 de julho de 2022

Art. 1º O Projeto de Lei enviado com a Mensagem n.º 8.959, de 28 de julho de 2022, passa a vigorar com alteração na redação do seu art. 4º, nos seguintes termos:

"Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir do mês de maio de 2022, ficando revogadas as disposições em contrário."

PALÁCIO DA ABOLIÇÃO, DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos de 2022.

Maria Izolda Cela de Arruda Coelho GOVERNADORA DO ESTADO DO CEARÁ